

## A educação ambiental nas teses e dissertações da área do direito no Brasil: um campo em construção

### RESUMO

Neste artigo partimos do pressuposto de que é indispensável ao processo de consolidação da Educação Ambiental (EA), no Brasil, uma consistente base teórico-metodológica. Essa base é construída, principalmente, pela produção de pesquisa sobre o tema. A produção acadêmica sobre EA é um fato recente, data do início da década de 1980. Ela ocorre em diversas áreas do conhecimento, apresentando uma variada produção de pesquisa sobre o mesmo tema, em diferentes áreas. O artigo trata da produção de pesquisa sobre EA na área de Direito. É um recorte<sup>1</sup> de uma investigação de natureza qualitativa, do tipo estado da arte, enfocando teses e dissertações de EA em Programas de Pós-Graduação em Direito. A abrangência da pesquisa compreende o período de 1981-2009 e 2011-2012. O que caracteriza a produção de pesquisa sobre EA na área de Direito? Quais os objetivos dessas pesquisas? Quais seus referenciais teórico-metodológicos? Em busca dessas respostas, consultamos o Banco de Teses do Projeto Estado da Arte da Educação Ambiental no Brasil (EArte). Até 2012, os pesquisadores desse projeto haviam catalogado 2.763 trabalhos sobre EA nas diversas áreas de conhecimento. Na definição do corpus documental para a análise que empreendemos, identificamos, inicialmente, 55 trabalhos. Contudo, tivemos acesso a 31 deles, que constituíram o corpus a partir do qual foi possível empreender, efetivamente, a análise. Foi feito um mapeamento dos 55 trabalhos, a partir dos dados catalogados pelo EArte. A identificação dos objetivos e dos referenciais teórico-metodológicos ocorreu nos 31 trabalhos que tivemos acesso. No mapeamento constatamos que a pesquisa sobre EA na área de Direito ocorre, predominantemente, em instituições privadas situadas nas regiões Sul e Sudeste. Contudo a produção ocorrida na Região Norte, numa instituição pública, chamou nossa atenção. No que se refere aos objetivos e referenciais teórico-metodológicos das pesquisas analisadas, foram identificadas certas particularidades próprias da área de Direito, tais como a valorização de pesquisas teóricas em detrimento de pesquisas empíricas, a não explicitação clara dos objetivos, questões de pesquisa e procedimentos de investigação. Além disso constatamos, também, o uso da hermenêutica e a reprodução de doutrinas jurídicas, ao invés da problematização da temática investigada. Tais constatações nos levam a indagar sobre as contribuições e fragilidades da produção de pesquisas sobre EA na área de Direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesquisa em Educação Ambiental. Pesquisa em Direito. Estado da Arte. Educação Ambiental.

**Adriano César Zane**

[adriano@zane.adv.br](mailto:adriano@zane.adv.br)

[orcid.org/0000-0001-8899-2603](https://orcid.org/0000-0001-8899-2603)

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de São José do Rio Pardo, SP, Brasil

**Luiz Carlos Santana**

[luiz.santana@unesp.br](mailto:luiz.santana@unesp.br)

[orcid.org/0000-0000-0003-4973-2483](https://orcid.org/0000-0000-0003-4973-2483)

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Instituto de Biociências, campus de Rio Claro, SP, Brasil

## INTRODUÇÃO

A relação homem-natureza se dá numa arena de conflitos e, no transcorrer da história, a relação entre o homem e o seu meio se estabelece na luta pela sobrevivência. A relação harmônica entre homem-natureza, por vezes sonhada, configura, no entanto, um objetivo que se distancia cada vez mais. Apesar de distante, sempre contraditoriamente buscada.

Com ações contínuas de exploração do meio ambiente, como a emissão de gases poluentes, depositados constantemente na atmosfera, e o descarte de resíduos industriais e residenciais, começaram a surgir desastres ambientais. Esses desastres, causados pelo homem, provocaram danos que atingiram não apenas o ser humano, mas, também, os demais seres vivos e não vivos do planeta.

O ser humano tem afetado a vida de diferentes espécies, inclusive a sua própria em razão de suas interferências no meio ambiente. Na sociedade contemporânea, essas interferências resultam de ações contínuas de exploração da natureza para sustentar o estilo de vida consumista predominante. Assim, os problemas socioambientais têm suas origens “nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalentes” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 29)

A busca de soluções e propostas para “minimizar, corrigir ou reverter situações de impacto ambiental ou de possíveis transformações radicais dos padrões de relação ser humano-sociedade-natureza” (BONOTTO et al, 2010, p. 43) tem sido constantemente debatida, inclusive, no âmbito acadêmico. E, nesse debate, o processo educativo é considerado como um dos elementos capazes de interferir a favor de uma prática pedagógica que seja de:

[...] fundamental importância para compreendermos os modelos teóricos e de ações práticas relacionadas com processos educativos que, pelo menos no nível da intenção, buscam a superação dos impasses gerados pela problemática ambiental (BONOTTO et al., 2010, p. 44).

Reafirmando o papel transformador da educação, Carvalho, Tomazello e Oliveira (2009, p.14-15) destacam que:

[...] a educação é um caminho reconhecido por todos como de grande significado na compreensão e na busca de soluções para os complexos e diversificados problemas relacionados com as alterações ambientais provocadas pelas atividades humanas.

Ao tratarmos da EA, um aspecto primordial a ser considerado é que ela é, antes de tudo, educação, e enquanto tal “é também uma atividade social uma vez que ninguém se educa sozinho” (SANTANA, 2005, p. 1). A educação é uma prática social necessária ao processo de formação humana (CAVALARI; SANTANA; CARVALHO, 2006). E neste, vale destacarmos a assertiva de Santana (2005, p.1):

Por ser uma atividade humana, social e política, a educação está impregnada das possibilidades próprias do processo que se constitui a partir destas atividades. Se considerarmos que neste processo há possibilidades tanto de domínio, de opressão quanto de liberdade, de autonomia, a educação poderá seguir numa direção ou noutra; ela possui, portanto, uma certa ambiguidade e, assim, possibilita certas opções que podem ser assumidas.

A EA, enquanto prática social, é permeada, também, por ambiguidades e tem historicamente se consolidado nas sociedades contemporâneas, buscando a compreensão de questões ambientais bem como respostas aos problemas decorrentes delas.

Segundo Megid Neto (2009), a EA está se consolidando por conta de suas características e por trazer:

[...] uma problemática – a questão ambiental, sua dinâmica de transformação, sua degradação, a sustentabilidade ambiental, entre outros aspectos – de alta relevância e discutida em âmbito mundial há mais de cinco décadas, intensificando-se seu estudo e preocupações cada vez mais, em virtude de um contexto sociocultural, político, econômico e ideológico a exigir medidas globais e imediatas para o tratamento das questões ambientais. Nesse contexto, vemos difundirem-se no Brasil os cursos de formação profissional em áreas direta ou indiretamente vinculadas à Educação Ambiental ou à temática ambiental, em nível de formação profissional técnica ou tecnológica, de graduação e de pós-graduação (MEGID NETO, 2009, p. 96).

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI, a EA vem se constituindo em um campo político-pedagógico e acadêmico que se expressa em práticas sociais e políticas públicas, na realização de grupos de discussão em eventos acadêmicos, na ampliação de sua produção bibliográfica e de teses e dissertações na área (LORENZETTI; DELIZOICOV, 2007).

No que se refere à produção acadêmico-científica sobre EA, Fracalanza et al. (2008, p. 4) consideram que é “grande e significativa”. Tal apontamento é efetivamente constatado pelos resultados das pesquisas empreendidas pelos pesquisadores do projeto EArte, que identificaram, até 2016, 4.505<sup>3</sup> teses e dissertações sobre EA produzidas nas diversas áreas de conhecimento de programas de pós-graduação no Brasil (Cf. Site <http://www.earte.net>).

A diversidade de produção dessas pesquisas realizadas nas diferentes áreas de conhecimento, tendo uma temática comum, a EA, chamou nossa atenção. Mantendo a natureza de pesquisa, como é de se esperar, há alguma particularidade que caracterize tais investigações produzidas em diferentes áreas de conhecimento? Quais são os objetivos das pesquisas? Quais seus referenciais teórico-metodológicos?

Participando de um grupo de pesquisa mais amplo, onde são investigadas características da produção de pesquisa sobre EA em diferentes áreas de conhecimento tais como Sociologia, Psicologia, Arte, buscamos explicitar, neste artigo, algumas características dessas pesquisas na área de Direito. Buscamos identificar e mapear o *locus* de produção dessas pesquisas, seus objetivos bem como fazer uma caracterização teórico-metodológica das mesmas, identificando os autores utilizados no referencial teórico.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o legislador constituinte ao incluir a proteção ambiental e a expressão meio ambiente em seu texto, instituiu, definitivamente, meios para proteção ambiental, de forma específica, em âmbito nacional.

Segundo o art. 225, da Constituição Federal de 1988 “[...] o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de uso comum de todos,

pertencente, não apenas a esta geração, mas também às futuras” (BRASIL, 1988). Ou seja, os bens ambientais integram-se à categoria jurídica da *res communis omnium*.

A temática ambiental está presente no ordenamento jurídico nacional, inserida, primordialmente, no artigo 125 da Constituição Federal de 1988 e, dentre os vários ramos do Direito, o Direito Ambiental é o que melhor se relaciona com tal temática e com a EA.

Em nosso país, os Poderes Públicos criam as leis ambientais e a responsabilidade por sua fiscalização cabe aos órgãos ambientais. O Brasil é, reconhecidamente, um país avançado em termos de leis ambientais.

A legislação ambiental brasileira é apontada como uma das mais avançadas do mundo em termos de elaboração. A criatividade do legislador brasileiro, não de hoje, é reconhecida como profícua quando o assunto é criar disposições para a regulação e controle de condutas e atividades que possam causar danos ao meio ambiente. No entanto, apesar da quantidade e qualidade da legislação brasileira nota-se, na realidade fática, um grande abismo entre o conteúdo das regulações e a efetivação das medidas pretendidas (GURGEL, 2016, p. 1).

A educação é um direito fundamental e a preservação do meio ambiente também o é. Na Constituição Federal de 1988, no artigo 225, há a fusão desses dois direitos em um só, conforme o inciso VI do seu parágrafo primeiro. A EA passou, assim, a ser de provimento obrigatório do Poder Público e direito de todos a ter um ambiente ecologicamente equilibrado.

A EA se faz presente como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. E, sendo formal, a EA, conforme a legislação, deveria ser desenvolvida nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Além disso, devido à complexidade dos problemas ambientais é desejável que a transversalidade necessária da EA atinja, também, o Direito. A esse respeito, Caporlingua e Costa (2013, p.3) afirmam que:

A transversalidade da Educação Ambiental atinge o Direito na medida em que **as relações socioambientais são analisadas de acordo com a complexidade de interações dos agentes com as ações praticadas** no âmbito de uma sociedade em constante movimento com a finalidade de pensar e agir na busca por soluções que protagonizem um futuro em harmonia com a sustentabilidade. (grifo nosso)

A importância da EA no ensino superior jurídico contribui para a transformação humana e social, e consiste em propiciar aos indivíduos uma compreensão crítica e ampla do meio ambiente. Nesse processo de compreensão, a pesquisa, por seu próprio caráter de sistematização e organização do conhecimento, possui uma contribuição de significativa importância. Ora, como são produzidas as pesquisas na área de direito? De que forma a EA está presente nessas pesquisas? É o que nos interessa discutir nos próximos itens.

## **A PESQUISA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Em relação às pesquisas em Direito, no Brasil, é importante tecer, inicialmente, um panorama geral, com dados do Ministério da Educação, Portal e-MEC no ano de 2016, data da abrangência da pesquisa que resultou neste artigo.

Nesse ano, de acordo com a plataforma Sucupira, os dados cadastrais dos programas de pós-graduação (PPG) em Direito indicavam a existência de 127 programas, entre Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado, reconhecidos pela Capes. Nenhum deles estava voltado especificamente ou contemplava uma linha de pesquisa em EA.

O que constatamos, também, em nossa investigação é que, apesar da expressiva quantidade de PPG em Direito, há uma grande diversificação de áreas específicas, ficando as pesquisas, no entanto, restritas às áreas jurídicas tradicionais: Direito Civil, Ambiental, Penal e Processual.

No Brasil, as pesquisas em Direito (como Ciência Jurídica) estão relacionadas, em sua maioria, à produção de análises teóricas e bibliográficas. Tais pesquisas utilizam da hermenêutica que, no campo jurídico, interpreta as normas jurídicas, estabelecendo métodos para a compreensão legal. Para tanto, abordam de forma excessiva o uso de doutrina jurídica enquanto estudo aprofundado das principais normas e princípios do Direito. Além disso, de forma diferente das demais áreas das Ciências Humanas, conforme constata Ximenes (2011), nas pesquisas produzidas na área de Direito, tanto os temas quanto as hipóteses são amplos, não há definição clara do objeto investigado nem tão pouco do problema. Nos trabalhos de investigação acadêmica nessa área, as pesquisas empíricas são deixadas para um segundo plano. Vejamos:

A resistência à pesquisa empírica decorre, também, da própria falta de tempo dos pesquisadores em Direito, que acaba sendo associada à **tendência a ampliação exagerada dos temas, a mega-hipóteses, sem um foco específico de pesquisa, um objeto determinado e um problema bem elaborado**. Assim, **supre-se este distanciamento do processo de construção do conhecimento científico com a utilização excessiva da ‘doutrina’**, na linha do ‘manualismo’ apontado anteriormente, o que fecha um círculo de vícios que acarretam a ‘reprodução’ e não a ‘produção’ (XIMENES, 2011, p. 7611-7612, grifo nosso).

Mesmo com tais características, a produção acadêmica na área de Direito tem crescido nos últimos anos. Crescimento que, contudo, está acompanhado de pesquisas que privilegiam uma abordagem analítica e limitada da norma, sem uma necessária problematização, própria da produção do conhecimento científico notadamente nas Ciências Humanas. Assim, além de reproduzir a norma, a doutrina jurídica, a pesquisa nessa área está adstrita a uma abordagem dogmática.

Muitas dessas críticas advêm do fato de que a pesquisa em Direito se restringe muito a uma abordagem dogmática, se concentrando demasiadamente na produção da análise da norma, sem problematizar as diferentes temáticas jurídicas, sem relacioná-la com outras áreas do saber, sem analisar os impactos da norma e o desempenho dos diferentes atores jurídicos, como o Poder Judiciário, os advogados, o Ministério Público (XIMENES, 2011, p. 7608, p. grifo nosso).

Além disso, as pesquisas acadêmicas na área de Direito carecem da relação dessa reflexão hermenêutica com a práticas, sem deixar de considerar, contudo, critérios acadêmicos. Nesse sentido:

[...] não se trata de rejeitar o mundo judicial e sustentar que a academia é um *locus* que não comporta a presença de práticos, mas, sim, de evidenciar que **os critérios de legitimidade acadêmica devem ser igualmente aplicados tanto à área jurídica quanto aos demais espaços universitários**. Não se trata de construir um mundo ideal isolado, contaminado pelos critérios judiciais de

legitimidade, mas de sedimentar **um diálogo entre a reflexão e a prática a partir dos parâmetros estabelecidos pelo mundo acadêmico** (FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 68, grifo nosso).

Tal perspectiva poderá contribuir para a qualidade e o avanço da produção significativa da pesquisa no campo jurídico do Direito. A partir dessas considerações sobre a produção de pesquisa na área de Direito, interessa-nos verificar a produção de pesquisa sobre EA nessa área. Para tanto, utilizamos o banco de teses do Projeto EArte, a partir do qual constituímos o *corpus* documental, objeto de análise neste artigo.

Assim, com base nas informações do Banco de Teses do EArte, que possibilitaram a pesquisa que deu origem a este artigo, de um total de 2.763 trabalhos produzidos até 2012, data da abrangência da referida pesquisa, apenas 55 deles foram elaborados em PPG em Direito, ou seja, apenas 2% do total de teses e dissertações sobre educação ambiental produzidas no Brasil catalogadas no Banco de Teses do projeto EArte.

O foco deste artigo é a produção de pesquisa sobre educação ambiental na área de direito. Para tanto, fizemos uso de resultados de uma pesquisa do tipo estado da arte, feita pelo grupo de pesquisadores que elaboraram e desenvolveram o Projeto EArte. Trazemos, a seguir, alguns elementos dessa modalidade de pesquisa, bem como do projeto que produziu o banco de teses e dissertações de onde construímos o *corpus* que possibilitou nossa análise.

## **O ESTADO DA ARTE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROJETO EARTE**

No contexto brasileiro, as pesquisas do tipo Estado da Arte em EA são relativamente recentes. Mesmo porque a própria produção de pesquisa sobre essa temática data do final do século XX. A primeira pesquisa sobre EA defendida em uma dissertação de mestrado, identificada pelos pesquisadores do Projeto EArte, é de 1981, e a primeira tese de doutorado, data de 1989.

Carvalho (2015, p.15), em sua tese de Livre Docência, destaca que temos

[...] uma produção bibliográfica significativa, tanto do ponto de vista numérico quanto de sua diversidade temática, epistemológica, metodológica, e, também, [...], geográfica, e [...] que do ponto de vista da tentativa de sistematização dessa produção alguns esforços significativos de pesquisas na linha do estado do conhecimento, ou estado da arte, vêm sendo realizados no Brasil.

Há um número crescente de publicações acadêmicas sobre EA, ao longo dos anos. Nesse sentido, Carvalho (2015) sinaliza para um crescimento exponencial das pesquisas sobre EA. De um total de dezessete trabalhos acadêmicos, produzidos na década de 1980, para 2.763 teses e dissertações elaboradas e defendidas até 2012. Em maio de 2020, quando escrevemos este artigo, o banco do EArte possuía um total 4.520 teses e dissertações catalogadas até o ano de 2016.

A pesquisa que deu origem ao presente artigo é uma análise documental, pois parte de documentos (teses e dissertações) para a realização de um trabalho de investigação de natureza qualitativa, tendo em vista os objetivos interpretativos e analíticos à que se propõe. Essa pesquisa é do tipo estado da arte (também

denominada estado do conhecimento), porque pretende estudar e compreender a fase, ou etapa, em que se encontra uma determinada área do conhecimento. No caso aqui em pauta, consideramos a área de conhecimento aquela que vai se constituindo em razão da produção de pesquisa sobre EA. Nosso interesse, no entanto, especifica nessa área em processo de constituição a produção de pesquisa sobre EA na área de Direito.

As pesquisas do tipo estado da arte ou metapesquisas analisam uma produção bibliográfica relativa a uma determinada área, e permitem realizar:

[...] um balanço das respectivas áreas de conhecimento, com a finalidade de diagnosticar temas relevantes, emergentes e recorrentes, indicar os tipos de pesquisa, organizar as informações existentes bem como localizar as lacunas existentes (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 41).

Ademais, Ferreira (2002) aponta para o aumento da produção das pesquisas denominadas estado do conhecimento ou estado da arte, sendo que o crescimento quantitativo e qualitativo da pesquisa acadêmica em determinadas áreas, e a divulgação insuficiente das mesmas, motiva a execução desses trabalhos, caracterizados por compartilhar

[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares (FERREIRA, 2002, p. 258).

Pontuamos que as pesquisas do tipo estado da arte, segundo Fernandes e Megid Neto (2012), são:

[...] inventários descritivo-analíticos e avaliativos da produção em determinado campo de conhecimento. Buscam identificar e descrever a produção selecionada, analisar suas características e tendências, evidenciar avanços, contribuições e eventuais lacunas, enfim, compreender e avaliar o campo de pesquisa em questão, do ponto de vista teórico-epistemológico, histórico e metodológico entre outros aspectos. A depender da finalidade da investigação, do nível de aprofundamento pretendido pelo pesquisador e da complexidade do objeto de estudo, esse tipo de pesquisa tem se configurado com uma natureza mais panorâmica e descritivo-analítica de suas principais características e tendências, ou com uma natureza mais compreensivo-avaliativa do campo de pesquisa escolhido (Fernandes; Megid Neto, 2012, p. 563).

Podemos afirmar que as pesquisas do tipo estado da arte buscam conhecer o que já foi construído e produzido para, com isso, buscar o que ainda não foi feito (FERREIRA, 2002). Possibilita, dessa forma, entrever as condições de produção, os locais das pesquisas, os aspectos privilegiados e as dimensões abordadas pelos trabalhos (RINK, 2014). Ora, ter acesso à produção e conhecer suas principais características e tendências é somente um pequeno passo, necessário e imprescindível, sem dúvida, mas de forma alguma suficiente (MEGID NETO, 2009).

A tentativa de sistematizar a produção acadêmica em EA data de meados da década de 1980. O Grupo de Pesquisa FORMAR-Ciências (Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores da Área de Ciências), da Faculdade de Educação da Unicamp, desde esse período, se empenhou nos estudos do tipo estado da arte,



especificamente em relação à produção acadêmica em Educação Ambiental (MEGID NETO, 2009).

Entre 2006 e 2008, o grupo FORMAR Ciências, sob a liderança do Prof. Hilário Fracalanza, desenvolveu o Projeto de Pesquisa intitulado O que sabemos sobre Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (dissertações e teses). Em 2008, pesquisadores da Unesp, campus Rio Claro, e USP, campus de Ribeirão Preto, após convite, aderiram ao grupo e, juntos, (pesquisadores da Unicamp, Unesp e USP) construíram o projeto O estado da arte da Educação Ambiental no Brasil, identificado pela sigla EArte (<http://www.earte.net>).

Atualmente (2020), o Projeto EArte encontra-se em sua terceira fase e conta com pesquisadores de diversas universidades brasileiras. Integraram-se ao Projeto EArte pesquisadores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal Fluminense (UFF – Niterói), Universidade Federal do Paraná (UFPR – Curitiba) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Itapetininga (IFECT-SP – Itapetininga).

Os dados que usamos para a pesquisa que realizamos, e que deu origem ao presente artigo, foram retirados do banco de teses do Projeto EArte. A busca de dados no referido banco foi realizada em setembro de 2017. Naquela ocasião, estavam disponíveis informações de teses e dissertações sobre EA no Brasil defendidas no período de 1981 a 2009, como também as de 2011 e 2012.

## **A FORMAÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

Objetivando encontrar e selecionar apenas as teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-Graduação em Direito, objeto principal de nossa pesquisa, a busca no banco de teses do EArte foi empreendida com o termo Direito, colocado na opção Programa de Pós-graduação. O número de trabalhos identificados nessa primeira etapa do processo de busca foi de 56 (cinquenta e seis). Contudo, constatamos que um deles estava vinculado ao Programa de pós-graduação em Ciências Políticas e não ao de Direito, assim o *corpus* ficou definido, inicialmente, com 55 trabalhos.

Após a procura nos arquivos de trabalhos completos do Projeto EArte, foram realizadas buscas pelo Comut entre bibliotecas, troca de e-mails com autores bem como por outros contatos de redes sociais. Mesmo assim, não foi possível encontrar todos os trabalhos completos, conforme retornara a primeira busca, para a composição do *corpus* documental. Conseguimos ter acesso apenas a 31 trabalhos<sup>4</sup>. Estes constituíram o *corpus* de nossa investigação que deu origem a este artigo.

No que diz respeito ao procedimento de análise de dados, optamos pela análise de conteúdo, proposta por BARDIN (2016), como técnica considerada apropriada, uma vez que utiliza:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).



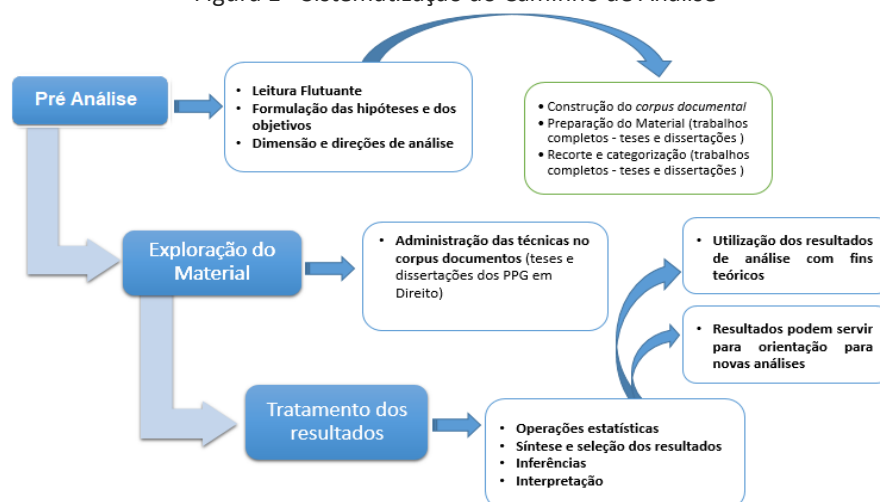
O pesquisador, ao utilizar essa técnica de análise, deve ler e reler os documentos definidos no *corpus* para fazer uma categorização que “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2016, p. 147).

A técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016, p. 125), deve respeitar uma sequência lógica em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material e, finalmente, o tratamento dos resultados: inferência e interpretação.

Assim, após definir o *corpus* documental, realizamos a denominada leitura flutuante dos materiais: foram realizadas a leitura e releitura dos resumos e dados da ficha catalográfica produzida pelos pesquisadores do Projeto EArte, buscando, nesse primeiro contato, a imersão do pesquisador no contexto da produção de pesquisa sobre EA na área de Direito.

Apresentamos, a seguir, a Figura 1 com a finalidade de indicar o caminho da análise empreendida, e, ao mesmo tempo, objetivando aprimorar o entendimento do processo metodológico utilizado na pesquisa que originou o presente artigo.

Figura 1 - Sistematização do Caminho de Análise



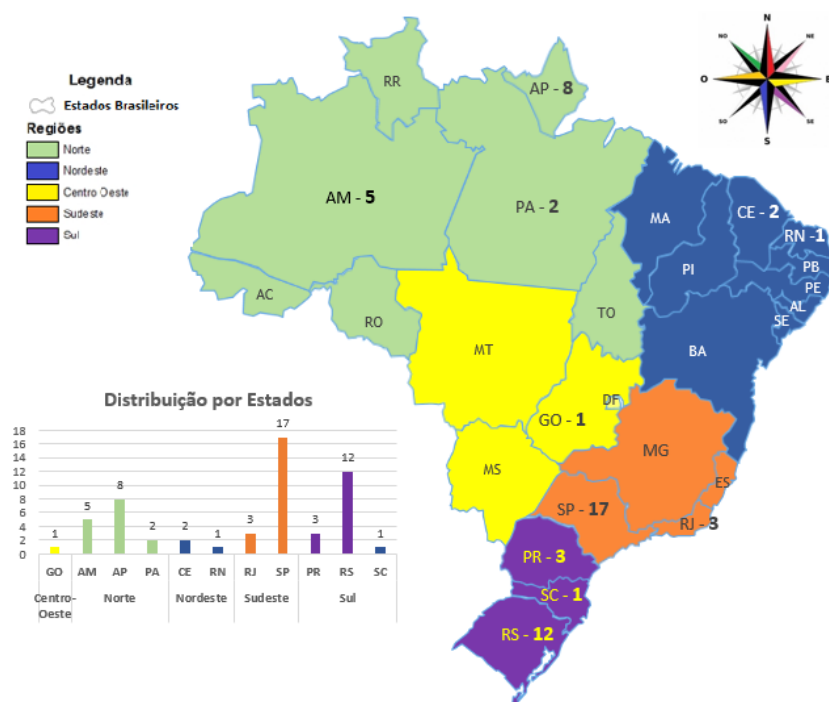
Fonte: Autoria própria com base em Bardin (2016, p. 132).

Ao empregar a técnica de análise de conteúdo, utilizando procedimentos sistemáticos, descritos por Bardin (2016), objetivamos delinear uma proposta para a obtenção de metainformações sobre os trabalhos analisados, permitindo agrupar, comparar e decifrar o conteúdo das informações contidas nos textos.

## ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO

Damos início às análises com a caracterização da distribuição da Produção Acadêmica sobre EA em PPG em Direito, no Brasil. Mapeamos<sup>5</sup> as 55 pesquisas inicialmente selecionadas. Tais pesquisas foram identificadas segundo as bases institucionais que constam das fichas do banco de teses do Projeto EArte, de acordo com a localização geográfica de sua produção, no período de 1981 a 2009 e 2011 e 2012.

Figura 2 - Distribuição da Produção Acadêmica, dissertações e teses sobre EA em PPG em Direito no Brasil, conforme Região Geográfica e Estados das instituições de origem. (Dados oriundos do banco de dados do Projeto EArte: 1997 - 2009 e 2011 - 2012).



Fonte: Autoria própria (2019).

Apontamos que, do total das 55 pesquisas, 36 (65,45%) concentram-se nas regiões Sul e Sudeste. Sendo que na região Sul, encontramos dezesseis (29,11%) trabalhos e na região Sudeste vinte (36,36%). Este dado referente à concentração de pesquisas nessas regiões coincide com diversas outras investigações acadêmicas sobre EA, no Brasil, e apontadas no relatório científico do Projeto EArte:

[...] a região Sudeste aglutina 44,1% da produção, seguida pela região Sul, com 27,3%. Juntas, perfazem aproximadamente 71% da produção investigada. Já as regiões Centro-Oeste e Nordeste contam respectivamente com 12,2% e 12% dos trabalhos concluídos, seguidas pela região Norte, na qual 4,4% dos trabalhos foram desenvolvidos. Tais dados reafirmam a tendência encontrada nas etapas anteriores do projeto (CARVALHO et al, 2012): a concentração das pesquisas produzidas nas regiões Sudeste e Sul do país (CARVALHO et al., 2016, p. 33)

A disparidade existente, no que se refere à produção acadêmica, em favor dessas duas regiões (Sudeste e Sul) deve-se, principalmente, à quantidade de IES com PPG em Direito. Conforme dados de 2016 da Plataforma Sucupira<sup>6</sup>, de um total de 117 PPG em Direito, a região Sudeste possui 45 (38,46%) e a região Sul trinta (25,64%) PPG em Direito.

Um dado que chamou a atenção foi ter encontrado, na Região Norte, quinze (27,27%) pesquisas acadêmicas sobre EA desenvolvidas em PPG em Direito. Ora, tal região, não tem tradição reconhecida de desenvolvimento de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento. E isso se deve em razão da falta de infraestrutura adequada e de pessoal para a produção de pesquisa. Na região Nordeste

encontramos três, o que equivale a 5,45% do total e na região Centro-Oeste uma, ou seja, 1,83% do total.

Há que se destacar o fato de que o número de pesquisas acadêmicas produzidas na Região Norte é de uma única IES, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Essa produção foi feita no âmbito do Programa de Mestrado daquela instituição. Tal Programa objetiva analisar as condições e possibilidades do Direito Ambiental na relação com as políticas públicas, buscando explicitar a conexão-tensão-complementaridade entre o jurídico e o político, bem como as consequências dessa relação na previsão e efetividade jurídica. Considera, ainda, o contexto da Floresta Amazônica, onde o programa de mestrado está inserido.

Outro dado relevante encontrado diz respeito ao fato de não termos identificado pesquisas sobre EA produzidas em PPG em Direito nos estados em que existem grupos de pesquisas sobre EA com certa tradição de produção científica sobre EA. Aqui, estamos nos referindo às pesquisas produzidas na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) que, no período da investigação aqui relatada, produziu 101 dissertações. Também é o caso da Universidade de Brasília (UnB) onde cem trabalhos foram elaborados, sendo dezesseis teses e 84 dissertações das quais 23 de mestrado profissional. (CARVALHO et al., 2016).

Não identificamos pesquisas sobre EA em Programas de Pós-graduação em Direito produzidas nos estados de: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Roraima, Acre, Maranhão, Piauí, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Distrito Federal. Foram encontradas pesquisas nos seguintes Estados: Amapá – oito (14,54%), Amazonas – cinco (9,090%), Ceará – duas (3,63%), Goiás – uma (1,8%), Pará – duas (3,63%), Paraná – três (5,45%), Rio de Janeiro – três (5,45%), Rio Grande do Norte – uma (1,8%), Rio Grande do Sul – doze (21,81%), Santa Catarina – uma (1,8%), São Paulo – dezessete (30,90).

No que diz respeito à evolução da produção acadêmica, na pesquisa que deu origem a este artigo, constatamos, assim como Carvalho (2015), que o crescimento das pesquisas no campo da EA é irregular, porém, constante, tendo seu ápice no ano de 2012, com treze trabalhos produzidos na área de Direito.

A primeira dissertação sobre EA em PPG em Direito foi defendida na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, no ano de 1997. Nos três anos subsequentes, não foi encontrado nenhum trabalho. Contudo, após a edição da lei nº 9795/99, que institui a Política Nacional de EA, a produção de teses e dissertações sobre EA nos Programas de Direito seguiu, apesar de certa oscilação, uma tendência de crescimento contínuo, e nesse período encontramos a primeira tese sobre o tema, defendida no ano de 2001. Consideramos que esse dado é um indício de certo aprimoramento da produção de pesquisa sobre o tema. O ápice dessa produção, com treze trabalhos, ocorreu no último ano da pesquisa aqui relatada, 2012.

Considerando o *corpus* inicial da pesquisa empreendida por ano de defesa e titulação, no período de 1981 a 2009 e de 2011 a 2012, 52 são dissertações (94,54% do total) e três são teses (5,46% das pesquisas selecionadas). Há, pois, uma concentração de pesquisas no âmbito do Mestrado.

Apesar do crescimento, considerado pequeno, o número de pesquisas sobre EA em PPG em Direito indica constante evolução. Os 55 trabalhos selecionados

representam, no entanto, 2% de toda a produção (2.763) registrada no Banco de teses do EArte no período correspondente à pesquisa aqui apresentada. Tal fato pode ser compreendido no contexto característico da tradição de produção de pesquisas na área de direito, já tratado anteriormente neste artigo.

Em relação à dependência administrativa das IES (Instituições de Ensino Superior) onde tais trabalhos foram produzidos, constatamos o predomínio das IES privadas, particulares ou confessionais.

A constatação desse predomínio da produção de teses e dissertações sobre EA em instituições privadas na área de Direito destoa de dados obtidos em outros trabalhos sobre diversas outras temáticas produzidos no âmbito do Projeto EArte, pois, nesse contexto assinalado, há claro predomínio das IES públicas.

Tabela 1 – Distribuição das teses e dissertações por região, estado, cidade, IES, grau de titulação e dependência administrativa, selecionadas a partir do Banco de Teses e Dissertações do Projeto EArte: 1997 - 2009 e 2011 - 2012

Região	Estado	Cidade	IES	Grau de Titulação	Depend. Adm.	Nº. de Pesq.
Norte	AM	Manaus	UEA	Mestrado	Estadual	5
	AP	Macapá	Unifap	Mestrado	Federal	8
	PA	Belém	UFPA	Mestrado	Federal	2
<b>Total da Região Norte</b>						15
Nordeste	CE	Fortaleza	Unifor	Mestrado	Privada	2
	RN	Natal	UFRN	Mestrado	Federal	1
<b>Total da Região Nordeste</b>						3
Centro-Oeste	GO	Goiânia	UFG	Mestrado	Federal	1
<b>Total da Região Centro-Oeste</b>						1
Sul	PR	Curitiba	PUC	Mestrado	Privada	2
		Curitiba	UFPR	Mestrado	Federal	1
	RS	Caxias do Sul	UCS	Mestrado	Privada	7
		Santo Ângelo	URI	Mestrado	Privada	1
		Erechim	URI	Mestrado	Privada	1
		São Leopoldo	Unisinos	Mestrado	Privada	1
		Sta. Cruz do Sul	Unisc	Mestrado	Privada	1
		Porto Alegre	PUC	Mestrado	Privada	1
	SC	Florianópolis	UFSC	Mestrado	Federal	1
<b>Total da Região Sul</b>						16
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	UERJ	Mestrado	Estadual	2
		Rio de Janeiro	Unesa	Doutorado	Privada	1
	SP	São Paulo	PUC	Mestrado	Privada	4
		São Paulo	PUC	Doutorado	Privada	2
		São Paulo	USP	Doutorado	Estadual	1
		Santos	Unimes	Mestrado	Privada	4
		Piracicaba	Unimep	Mestrado	Privada	2
		São Paulo	UPM	Mestrado	Privada	2
		Marília	Unimar	Mestrado	Privada	1
Marília	Feesr	Mestrado	Privada	1		
<b>Total da Região Sudeste</b>						20

Fonte: Autoria própria com base nos dados do Projeto EArte (2019).

Um dado que chamou nossa atenção, e que pode ser observado na Tabela 1, relaciona-se a que todas as teses foram produzidas na Região Sudeste. Dentre as três teses, duas (66,67%) delas foram produzidas em IES privadas, (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Universidade Estácio de Sá - Unesa). Por concentrar muitas IES com programas de pós-graduação com reconhecida competência de produção científica, o Estado de São Paulo concentrou 1/3 das teses e dissertações: dezessete (30,90%). Assim, São Paulo denota a maior produção de teses e dissertações sobre EA em PPG em Direito.

Constatamos que 25 pesquisas, equivalentes a 45,45% das inicialmente selecionadas, estavam vinculadas a PPG em Direito sem identificação de áreas específicas ou ramos do direito, chamados de Direito Positivo (Civil, Processual Civil, Penal, Processual Penal, Ambiental, Administrativo, dentre outros). Tais trabalhos não continham informações complementares sobre a área de vinculação desses programas.

Dentre as 55 pesquisas do *corpus* documental inicial, identificamos que trinta (54,54%) delas estavam vinculadas a uma área específica. Dentre elas: Direito Ambiental – oito (14,54%), Direito Ambiental e Políticas Públicas – oito (14,54%), Direito Constitucional – três (5,45%); Direito das Relações Sociais – duas (3,64%), Direito Político e Econômico – duas (3,64%), Direitos Difusos e Coletivos – duas (3,64%), Direito Agrário – uma (1,82%), Direito Econômico e Social – uma (1,82%), Direito Estado e Sociedade – uma (1,82%), Direito Ambiental e Sociedade – uma (1,82%) e Direito Ambiental e Biodireito – uma (1,82%). Não obtivemos informações em 25 (45,45%) das pesquisas analisadas.

Após este mapeamento, tratamos, a seguir, de elementos característicos, identificados nos objetivos e no referencial teórico-metodológico, do processo de produção de pesquisa sobre EA na área de Direito, considerando o material disponível ao qual tivemos acesso por ocasião do desenvolvimento de nossa pesquisa.

## ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES: TEXTOS COMPLETOS

A identificação dos objetivos e referenciais teórico-metodológicos deu-se com a análise das 31 (trinta e uma) pesquisas a que tivemos acesso em sua integralidade. Após análises das pesquisas selecionadas, identificamos dezoito (58,06%) delas que tiveram como objetivos principais o foco em aspectos gerais de EA e apresentaram a EA como objetivo principal de estudo, e nas demais, o objetivo da pesquisa não focou aspectos específicos de EA, e sim, aspectos complementares, como conceitos de sustentabilidade, destinação de resíduos sólidos, preservação de matas e do meio ambiente, entre outros. Vejamos:

Tem por objetivo abordar a questão da **poluição sonora** no centro comercial de Macapá, verificando a **percepção das pessoas** que trabalham e frequentam o centro comercial desta cidade (Tr4D, 2012, p. 12, grifo nosso).

A dissertação tem por foco as **Políticas Públicas Ambientais**, e sua relação com a educação e a distribuição de renda (Tr39D, 2012, p. 11, grifo nosso).

O objetivo da pesquisa, portanto, é verificar se a **educação ambiental** (formal, não formal ou informal) e o **princípio da prudência** interferem na

responsabilização do Estado por omissões lesivas ao meio ambiente (Tr49D, 2008, p. 10, grifo nosso)

Foram identificadas duas (6,45%) pesquisas que utilizaram dos próprios títulos como objetos de investigação, não explicitando, no entanto, no texto do trabalho, um objetivo específico e questões de pesquisa a serem exploradas. Uma (3,23%) pesquisa explicitou seu objeto logo na introdução. Essa pesquisa diferencia-se das demais, uma vez que estas traziam, na introdução, a descrição de cada capítulo e os objetivos dos mesmos. Não havia, contudo, um objetivo do trabalho como um todo, transparecendo certa fragmentação.

Além da constatação acima, identificamos outra característica, revelada nas pesquisas objeto da investigação. Trata-se do fato de que o objetivo proposto pelos autores se confunde com as questões e hipóteses. Ocorre que, dos 31 trabalhos analisados, apenas cinco (9,8%) traziam questões explícitas de pesquisas, descrevendo o que seria investigado. Em oito (25,8%) identificamos questões implícitas que estavam descritas nos objetivos da pesquisa e, em dezoito (64,4%) pesquisas não foram encontradas questões a serem investigadas. Tal fato indica a falta de problematização dos temas tratados, o que, segundo nos parece, configura uma característica da produção de pesquisa da área de Direito, como já tratado anteriormente neste artigo.

Dentre todas as pesquisas analisadas, nenhuma delas apresentou um capítulo sobre a metodologia ou procedimentos empregados na investigação. Reiteramos, conforme já assinalado neste artigo, que pode tratar-se de outra característica específica da produção de pesquisa na área de Direito.

Quanto ao tipo de pesquisa que teria subsidiado cada investigação, constatamos que, dos 31 trabalhos analisados, catorze (45,16%) não descreveram o referencial teórico-metodológico empregado no desenvolvimento da investigação.

Em relação aos demais dezessete (54,84%) trabalhos que descreveram o tipo de pesquisa utilizada, encontramos a predominância da pesquisa bibliográfica e documental, totalizando nove (29,02%) trabalhos. Identificamos, ainda, a pesquisa teórica – três (9,67%), etnográfica – três (9,68%), empírica – duas (6,46%). Quanto aos procedimentos de pesquisa, apenas dois (6,46%) trabalhos fazem referência, um (2,23%) traz a interpretação lógico-sistemática e o outro (2,23%), o procedimento crítico-dialético de análise.

Os dados acima indicam a presença de aspectos que são comuns na produção de pesquisa sobre outros temas da área de Direito e também estão presentes na produção de pesquisa sobre EA nesta mesma área. Pontuamos, também, que há predominância de pesquisa bibliográfica e documental em detrimento de pesquisas empíricas. A perspectiva crítica, problematizadora, própria do procedimento crítico-dialético, aparece numa porcentagem reduzida.

No tocante à análise do referencial teórico utilizado pelos autores das teses e dissertações pesquisadas inferimos o embasamento da literatura sobre EA que utilizaram e os conhecimentos que apoiaram o desenvolvimento de seus estudos. Essa nossa observação corrobora, de certo modo, a afirmação de que:

A educação ambiental, como campo teórico em construção, tem sido apropriada de forma diferenciada por diversos autores, com discursos e

referenciais teóricos variados, elaborando diversas maneiras de conceber e praticar a ação educativa neste campo (TEIXEIRA et al., 2007, p. 2).

Dos sessenta autores encontrados, seis deles são citados em mais de dez pesquisas. O autor mais citado foi Edgar Morin (aparece em dezesseis trabalhos), seguido por Fritjof Capra (aparece em treze trabalhos). Outros autores que também apareceram com frequência foram: Leonardo Boff (doze), Carlos Frederico Loureiro (doze), Enrique Leff (onze) e Genebaldo Dias (dez)<sup>7</sup>.

Dentre os autores mais citados nas pesquisas, observamos que três deles, Leonardo Boff, Carlos Frederico Loureiro e Genebaldo Dias tratam explicitamente da EA. Os demais tratam, não diretamente de educação ambiental, mas de teorias mais amplas que abrangem a temática ambiental.

Edgar Morin e Fritjof Capra foram utilizados como referência para as teorias da complexidade e do holismo, que “trazem discussões sobre o conhecimento fragmentado do mundo, argumentando sobre a importância de se considerar o planetário e o todo na educação e, conseqüentemente, na educação ambiental” (TEIXEIRA et al., 2007, p. 8). Por sua vez, Leonardo Boff, outro autor de referência, tem sua obra voltada para a Ecopedagogia. Carlos Frederico Loureiro tem um viés voltado para o materialismo histórico-dialético e os movimentos sociais. Enrique Leff trabalha com a complexidade ambiental e a necessidade do diálogo entre os saberes como forma de compreender e buscar resolver os problemas ambientais, construindo uma racionalidade ambiental para suplantar a crise ambiental.

Na descrição dos referenciais teóricos utilizados nas pesquisas analisadas, e verificando as referências bibliográficas das mesmas, constatamos que os livros mais citados nas pesquisas investigadas foram os seguintes: Educação ambiental: princípios e práticas, de Genebaldo Dias(dez), Ética e educação ambiental: a conexão necessária, de Mauro Grün (oito), O que é Educação Ambiental [Coleção Primeiros Passos], de Marcos Reigota (seis), e Educação Ambiental - A Formação do Sujeito Ecológico, de Isabel Cristina de Moura Carvalho(seis).

Tabela 2 - Referenciais teóricos utilizados nas pesquisas analisadas

Autor	Obras	Total
MORIN, Edgar	Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro	16
CAPRA, Fritjof	A Teia da Vida e Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do século 21.	13
BOFF, Leonardo	Ética da Vida e Cuidar da terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo	12
LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo	Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária	12
LEFF, Enrique	Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder	11
DIAS, Genebaldo Freire	Educação ambiental: princípios e práticas	10
GRUN, Mauro	Ética e educação ambiental: a conexão necessária	8
GUIMARÃES, Mauro	A dimensão ambiental na educação	8
REIGOTA, Marcos	O que é Educação Ambiental [Coleção Primeiros Passos]	6
CARVALHO, Isabel Cristina de Moura	Educação Ambiental - A Formação do Sujeito Ecológico	6

Fonte: Autoria própria (2019).



Considerando os autores mais citados e os referenciais teóricos identificados nas teses e dissertações, apontamos para uma disparidade entre os autores e os referenciais teóricos utilizados na pesquisa. Tal disparidade pode ser entendida como certa inconsistência na produção dessas pesquisas. Além disso, parece-nos que, também, demonstra uma das fragilidades presentes no campo de produção de pesquisa sobre educação ambiental na área de Direito. Fragilidade que, contudo, não constitui particularidade dessa área de conhecimento. O campo de produção de pesquisa sobre educação ambiental, no Brasil, é relativamente recente e, por isso, um campo aberto e em construção. Enquanto tal, possui várias possibilidades, recebendo contribuições de várias áreas de conhecimento. Contudo, vale ressaltarmos que essas possibilidades devem ser construídas tendo como referência caminhos consistentes de produção de ciência. Dessa forma, o campo de produção de pesquisa sobre educação ambiental poderá conquistar, cada vez mais, seu espaço e legitimidade junto à comunidade acadêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta-nos, no espaço deste artigo, algumas considerações decorrentes dos dados nele explicitados anteriormente. Dados referentes à produção de pesquisa sobre educação ambiental na área de Direito. Buscamos explicar sobre o modo de fazer pesquisa nessa área e sua possível contribuição na constituição do campo de investigação sobre educação ambiental no Brasil.

Cabe ressaltar que a produção de pesquisa sobre essa temática numa área de conhecimento específica, como a do Direito, não pode ser desvinculada do processo de constituição do campo de investigação sobre educação ambiental nas diversas áreas de conhecimento.

A produção de pesquisa sobre educação ambiental, no Brasil, como salientado, é recente. Data do final do século XX. Portanto, é um campo de pesquisa em constituição e, enquanto tal, permeado por diferentes modos de fazer pesquisa, próprios de determinadas áreas de conhecimento tendo, contudo, um tema comum: educação ambiental.

A produção de pesquisa sobre esse tema na área de direito é escassa, tímida e com certas fragilidades. Até 2012, compreendia cerca de 2% das pesquisas catalogadas no banco de teses do Projeto EArte. Mais escassa ainda é a produção de pesquisa sobre essas pesquisas. Talvez, esteja aqui o ineditismo da pesquisa relatada no presente artigo. Enveredamos por esse caminho, participando de um projeto mais amplo de investigação sobre a produção de pesquisa em diferentes áreas de conhecimento.

Na área de direito, objeto de nossa análise neste artigo, constatamos no espaço de tempo delimitado na investigação que, apesar de pequeno número, houve um aumento gradativo e contínuo de produção de pesquisa sobre EA. A maior parte dessas pesquisas, como tradicionalmente ocorre com as demais pesquisas sobre educação ambiental no Brasil, está concentrada nas regiões Sul e Sudeste. Porém, de modo diferente das demais áreas, as pesquisas sobre educação ambiental na área de Direito foram produzidas, predominantemente, em IES privadas.

Vale ressaltar que certas peculiaridades do modo de produção de pesquisa na área de Direito diferem de modos de produção de pesquisa de outras áreas das Ciências Humanas. Constatamos que nas pesquisas sobre educação ambiental na área de direito há muito mais uma reprodução de doutrinas jurídicas do que problematização das temáticas investigadas, como é comum acontecer em pesquisas das Ciências Humanas. Além disso, observamos uma valorização das pesquisas teóricas, bibliográfica ou documental em detrimento de pesquisas empíricas.

De modo diferente de pesquisas realizadas nas Ciências Humanas, na caracterização dos trabalhos analisados não encontramos nenhum que tenha capítulo sobre metodologia ou sobre os procedimentos de pesquisa, o que nos revelou, também, ser essa uma característica da produção de pesquisa na área de Direito.

No que diz respeito aos objetivos das pesquisas analisadas, os dados demonstraram não haver uma preocupação de explicitação dos mesmos. Por vezes, os objetivos se confundem com as questões de pesquisa.

Os dados sobre o referencial teórico usados nas pesquisas sobre educação ambiental na área de direito revelaram que os autores mais citados não são, propriamente, autores que tratam de educação ambiental, mas, de teorias mais amplas que abrangem a temática ambiental, como é o caso de Edgar Morin e Fritjof Capra.

A produção de pesquisa sobre EA na área de Direito, mantém, além do tema comum às outras áreas, certas particularidades do processo de produção científica da própria área. Contudo, dado o fato da necessária interdisciplinaridade para entender a EA, as pesquisas produzidas na área de conhecimento do Direito poderão, também, de certa forma, contribuir para o alargamento necessário do processo de constituição do campo de pesquisa sobre EA no Brasil. Tal contribuição passa, necessariamente, por uma discussão crítica sobre as fragilidades do processo de produção de pesquisa sobre EA no país.

O campo de investigação sobre EA é um campo em construção. Daí que certas fragilidades se tornam aceitáveis. Contudo, há que se continuar construindo e aperfeiçoando o campo de investigação sobre EA no Brasil. A identificação de fragilidades pode contribuir para uma reflexão sobre a busca necessária de maior fundamentação teórico-metodológica na produção de pesquisa sobre o tema. Essa busca continua sendo um desafio a ser enfrentado, não só na área de direito, mas, também, no campo de investigação sobre EA no Brasil.

---

## Environmental education in thesis and dissertations in the field of law in Brazil: a field under construction

### ABSTRACT

In this article, we start from the presupposition that a consistent theoretical and methodological basis for the consolidation of the Environmental Education (EA) in Brazil is indispensable. This base is built mainly by the production of researches about the topic. The academic production (Environmental Education) is a recent fact, dating from the beginning of 1980s in the last century. It occurs in several areas of knowledge. There is a production of researches about the same theme in different areas. The article deals with the production of researches about Environmental Education in the area of Law. It is an excerpt from a qualitative investigation of Environmental Education thesis and dissertation in graduate Law Programs. The scope of the research covers the period 1981-2009 and 2011-2012. What does feature the production of research about Environmental Education in the area of Law? What are the objectives of these researches? What are the theoretical-methodological references? The search for answers to these questions was made at the Thesis Bank of the State of the Art Project of the Environmental Education in Brazil (EArte). Until 2012, the researchers of this project had cataloged 2,763 works about Environmental Education in the different areas of knowledge. In the definition of the documentary corpus for the analysis that were achieved, we initially identified 55 works. Of these, we had access to 31 of them that constituted the corpus from which it was possible to achieve the analysis effectively. A mapping of 55 works was made, based on the cataloged data by EArte. The identification of the goals and theoretical-methodological references occurred in 31 works that we had access to. In the mapping, we found a research about Environmental Education in the area of Law, that occurs predominantly in private institutions located in the South and Southeast regions. However, the production occurred in the North Region, in a public institution, caught our attention. Regarding to the goals and theoretical-methodological references of the research examined, certain peculiarities of the Law area were identified, such as the valorization of the theoretical research over the empirical research, the lack of clear explanation of the goals, research questions and research procedures. In addition, we also found the use of hermeneutics and the reproduction of legal doctrines instead of problematizing the theme investigated. Such findings lead us to inquire about the contributions and weaknesses of the production of researches about Environmental Education in the area of Law.

**KEYWORDS:** Environmental Education Research. Research in Law. State of art. Environmental education.

## NOTAS

1 Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado, defendida em 21 de novembro de 2017, na Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro, SP. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada em um evento nacional, no ano de 2019, e que está sendo omitido devido às normas de submissão).

2 O Projeto EArte será apresentado oportunamente neste artigo, em item específico sobre o mesmo.

3 A consulta foi feita no site do EArte, em maio de 2020. Até essa data, no entanto, os pesquisadores do Projeto haviam consolidado teses e dissertações sobre EA compreendendo o período de 1981 a 2016.

4 Quando realizada a última busca, em setembro de 2017, obtivemos 56 dissertações e teses de EA em PPG em Direito. Atualmente (maio 2020), ao fazermos uma nova busca, encontramos 62 trabalhos. Isso se deve à constante atualização do banco de dados, bem como inclusão de novos trabalhos referentes ao ano de 2010 (dois novos) e à reclassificação de outros quatro.

5 O mapeamento sobre localização geográfica e dados institucionais das teses e dissertações foi realizado com 55 trabalhos selecionados, segundo a catalogação feita pelos pesquisadores do Projeto EArte. As análises, no entanto, foram feitas a partir do *corpus* definitivo da pesquisa, ou seja, de 31 dissertações e teses às quais tivemos acesso ao trabalho completo.

6 A Plataforma Sucupira, desenvolvida pela Capes, é uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). As informações estão disponibilizadas em: (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>).

7 Não foi possível quantificar as porcentagens, porque as pesquisas utilizaram ao mesmo tempo mais de um autor ou obra.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BONOTTO, D. M. B.; SILVA, L. F.; SANTANA, L. C.; CARVALHO, L. M.; CAVALARI, R. M. F. Grupo de Pesquisa A Temática Ambiental e o Processo Educativo: Concepções e Práticas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 41-48, 2010.

BRAGA, J. L. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 10/11, n. 2004/2, p. 219-235, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/download/17381/11018>. Acesso em: 03 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 03 mai. 2020.

CAPORLINGUA, V. H.; COSTA, C. A. S. da. Direito e educação ambiental: horizontes interdisciplinares - relato de experiência do minicurso. **Derecho y Cambio Social**, Lima, v. 32, n. 10, p. 1-13, 2013.

CARVALHO, L. M. **Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil: um campo em construção?** 2015. 455 f. Tese de Livre Docência – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

CARVALHO, L.M. et al. **A educação ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica – teses e dissertações**. CNPq: Relatório Científico. Rio Claro: UNESP/ Campinas: UNICAMP/ Ribeirão Preto: USP, 2016.

CARVALHO, L. M.; TOMAZELLO, M.G.C.; OLIVEIRA, H.T. Pesquisa em educação ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. **Cad. Cedex**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 13-27, jan./abr. 2009.

CAVALARI, R. M. F.; SANTANA, L. C.; CARVALHO, L. M. Concepções de educação e educação ambiental nos trabalhos do I EPEA. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 141-173, jul./dez. 2006.

FERNANDES, R. C. A., MEGID NETO, J. Modelos educacionais em 30 pesquisas sobre práticas pedagógicas no ensino de ciências nos anos iniciais da escolarização. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 641-662, 2012.

FERREIRA, N. S. A. Pesquisas denominadas estado da arte: possibilidades e limites. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 1, n. 79, p. 257-274, 2002.

FRACALANZA, H.; AMARAL, I. A.; MEGID NETO, J.; EBERLIN, T. S. A Educação Ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica. **Ciências em Foco**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2008.

FRAGALE FILHO, R.; VERONESE, A. A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 53-70, nov. 2004.

GURGEL, C. S.; **Antes uma legislação ambiental eficaz do que uma legislação ambiental bela**. Portal Jus Navigandi (Online), p. 1-5, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46756/antes-uma-legislacao-ambiental-eficaz-do-que-uma-legislacao-ambiental-bela>. Acesso em: 10 mar. 2020.

LAYRARGUES, P. P; LIMA, G. F. C. Macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.23-40, jan./mar. 2014.

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, Demétrio **La producción académica brasileña en Educación Ambiental Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 14, n. 44, enero-marzo, 2009, pp. 85-100 Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/279/27911649007.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MACHADO, P. A. L., **Direito Ambiental Brasileiro**. 17 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2009.

MEGID NETO, J. Educação ambiental como campo de conhecimento: a contribuição das pesquisas acadêmicas para sua consolidação no Brasil. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 4, n. 2, p. 95-110, 2009.

RINK, J. **Ambientalização curricular na Educação Superior: tendências reveladas pela pesquisa acadêmica brasileira (1987-2009)**. 2014. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

SANTANA, L. C. Educação Ambiental: de sua necessidade e possibilidades. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON PROJECT BASED, s/n., 2005, Guaratinguetá. International Workshop on Project Based – Learning and New Technologies. **Anais [...] Guaratinguetá: PBLTech**, 2005, p. 1-14. 1 CD room.

TEIXEIRA, L. A.; NEVES, J. P.; SILVA, F. P.; TOZONI-REIS, M. F. C.; NARDI, R. Referenciais teóricos da pesquisa em educação ambiental em trabalhos acadêmicos. In: ENPEC- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 6., 2007, Florianópolis. **Anais [...] Rio de Janeiro: UFRJ/ABRAPEC**, 2007. p. 1-12. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p625.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

XIMENES, J. M. Levantamento de dados na pesquisa em direito - a técnica da análise de conteúdo. In: SILVEIRA, V. O. da (Org.). Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011. p. 7608-7622.

**Recebido:** 22 maio 2020

**Aprovado:** 17 jul. 2020

**DOI:** 10.3895/actio.v5n2.12438

**Como citar:**

ZANE, A. C.; SANTANA, L. C. A Educação Ambiental nas teses e dissertações da área do Direito no Brasil: um campo em construção. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-21, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em: XXX

**Correspondência:**

Adriano César Zane

Rua Benjamin Constant, n. 648, Centro, São José do Rio Pardo, São Paulo, Brasil.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

